

CORPO E ALMA DO BRASIL

Direção dos
Profs. Fernando Henrique Cardoso
e Boris Fausto

XXIII



MANUEL NUNES DIAS — FERNANDO. A
NOVAIS — EMÍLIA VIOTTI DA COSTA —
VIRGÍLIO NOYA PINTO — JOSÉ RIBEIRO
JÚNIOR — MARIA DO CARMO CAMPÉLLO
DE SOUZA — BORIS FAUSTO — LOURDES
SOLA — GABRIEL COHN — PAULA
BEIGUELMAN — JAIME PINSKY E NILO
ODÁLIA

BRASIL EM PERSPECTIVA

Prefácio do
PROF. JOÃO CRUZ COSTA

*Organização
e Introdução de*
CARLOS GUILHERME MOTA

19ª EDIÇÃO



O BRASIL MONÁRQUICO EM FACE DAS REPÚBLICAS AMERICANAS

JOSÉ RIBEIRO JÚNIOR

O assunto a ser tratado nesta oportunidade oferece-nos o ensejo de enfocar o mundo latino-americano em conjunto, possibilitando uma compreensão global da sua história no século passado.

A América Latina do século XIX passou por transformações substanciais em sua estrutura econômica, social e principalmente política.

Não podemos, nem temos a pretensão de esgotar o assunto, pois, muitas pesquisas originais precisam ainda ser feitas. São poucos e insuficientes os trabalhos histórico-científicos existentes, estudando a América Latina do século XIX como um todo⁽¹⁾. Assim, a ausência de bibliografia satisfatória dificulta-nos um trabalho completo sobre o assunto. A nossa abordagem do tema circunscreve-se ao esforço da reflexão de um pesquisador do século XX que busca na História o esclarecimento do estado presente.

A América Latina vive, atualmente, momentos decisivos da sua evolução histórica e necessita de uma conscientização dos países que a compõem e uma conseqüente tomada de posição coletiva. A retrospectiva histórica é necessária na medida em que traz à tona problemas de profundas raízes, incompreensíveis sem a busca de suas origens.

(1) A maior parte dos historiadores e sociólogos de língua espanhola raramente coloca o Brasil no complexo dos países da América Latina.

Na problemática do século XIX procuraremos levantar e resolver, na medida do possível, algumas questões em torno de 3 aspectos:

1. Verificar como e por que a América portuguesa estabeleceu e conservou a Monarquia e sua *unidade* territorial após 1822, enquanto que a América espanhola, após 1810, se transformou em repúblicas fragmentadas.

2. Mostrar quais as *influências externas* comuns atuantes no século XIX latino-americano.

3. Observar as *relações diplomáticas entre a Monarquia brasileira e várias repúblicas*, tentando estabelecer influências recíprocas.

Daremos, portanto, ao assunto, um enfoque quase que exclusivamente político-ideológico num estudo paralelo entre os países latino-americanos.

A Independência na América Latina

Entre os fins do século XV e início do XVI deu-se a ocupação da América pelas monarquias ibéricas. O Novo Mundo foi descoberto numa época de expansão econômica da Europa Ocidental. A colonização se fez sob o signo do capitalismo comercial. Este é o primeiro ponto comum a toda a América Latina. A América ibérica tinha que servir à mesma finalidade: devia fornecer ao mercado europeu produtos tropicais de alto valor comercial, metais nobres e pedras preciosas. Não entraremos nos matizes de forma colonizadora que diferem, é verdade, mas tanto Espanha como Portugal constituíram suas colônias com aqueles objetivos. Assim as futuras nações tiveram semelhante formação colonial enquanto instrumentos dos dois países colonizadores.

Na segunda metade do século XVIII, quando a América começava a adquirir condições para sua autonomia, a Europa também assistia a transformações importantes em sua estrutura. A partir de 1750 houve a primeira fase da Revolução Industrial e em 1789 eclodiu a Revolução Francesa marcando a ascensão da burguesia.

Latino-americanos que participaram do processo de Independência, como Miranda, O'Higgins, Bolívar, José Bonifácio e outros, estudando ou viajando pela Europa, tomaram contato com essas transformações e empolgaram-se com as novas idéias liberais.

Na América, as colônias inglesas lançaram a sua declaração de Independência em 1776.

O exemplo da Independência dos E.U.A. e a ideologia da Revolução Francesa agitaram os espíritos americanos mais esclarecidos, despertando o mundo colonial. O manifesto de Miranda, o precursor, entusiasmado com a Independência dos Estados Unidos da América e a revolta contra a opressiva taxaço nas Minas Gerais foram os primeiros sintomas sérios de uma tomada de consciência na América Latina. Não se pode dizer, porém, que tivesse havido uma tomada de consciência coletiva; nem mesmo da elite mazomba ou crioula. Por outro lado, não havia, como nas colônias anglo-americanas uma estrutura econômica e social propícia à independência. Ao contrário, a economia latino-americana era baseada nos metais preciosos, na grande lavoura, e seu comércio era fator de dependência dos mercados externos ligados às metrópoles. Por isso os projetos de Miranda, por exemplo, expressão de um pensamento político hispano-americano pouco original, não encontravam ressonância considerável na América. As condições internas para uma autonomia não se cristalizaram antes do início do século XIX. Resalta um historiador contemporâneo que no século XVIII as novas idéias liberais no mundo hispano-americano eram propostas pela própria metrópole e fruto da filosofia das luzes⁽²⁾. Em 1783 Aranda, ministro de Carlos III propôs a formação na América de monarquias com infantes espanhóis sob a égide do rei da Espanha. Em 1794 Godói teria proposto a mesma idéia mas também não foi aceita pela Coroa Espanhola.

Em Portugal vários políticos, entre eles D. Rodrigo de Souza Coutinho, aventaram a possibilidade de transferir a sede da Monarquia portuguesa para a parte mais rica do seu império, o Brasil⁽³⁾. O plano foi abandonado e o Brasil era ainda no início do século XIX, um vice-reino.

Na América espanhola, no último quartel do século XVIII foram criadas por Carlos III as intendências que absorveram em parte as atribuições político-administrativas dos vice-reinados⁽⁴⁾.

(2) Pierre Channu — *L'Amérique et les Amériques*, Paris, Armand Collin, 1964. *Passim*.

(3) Cf. Oliveira Lima — *D. João VI no Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Ed., 1945, 3 vol., 1.º vol.

(4) Interessante é notar a fragmentação da América espanhola obedecendo no geral à divisão feita por intendências.

Retomemos o mundo europeu dos fins do século XVII. Destacam-se duas grandes potências: a Inglaterra industrializando-se e expandindo seus mercados e círculos de influência política; a França, impregnada dos ideais liberais, tendo uma burguesia que queria aumentar o seu raio de ação. No início do século XIX Napoleão tem o propósito de conseguir para a França a hegemonia do mundo. Tentando ser a primeira potência européia esbarra no leão britânico. Uma luta titânica de imperialismos tem lugar na Europa. O que a diplomacia não resolveu foi resolvido pelas armas. Em 1806 Napoleão decretou o Bloqueio Continental. As conseqüências advindas dessa decisão são de transcendental importância para o estudo da Independência da América Latina.

Embora a Inglaterra conseguisse furar o Bloqueio na Europa, fato demonstrado pelos trabalhos de Jorge de Macedo⁽⁵⁾ e Pinto de Aguiar⁽⁶⁾, a indústria inglesa necessitava de maiores mercados. Desde meados do século XVIII dirigira suas atenções para o Novo Mundo ibérico desfrutando das vantagens de vassalagem econômica portuguesa. Contrabandeava impunemente no Brasil e procurava dominar o comércio hispano-americano principalmente no Prata⁽⁷⁾.

Portugal era ponto estratégico na consolidação da manobra napoleônica. D. João depois de muitas vacilações optou pelo apoio à Inglaterra e, por sugestão desta, retirou-se para o Brasil em fins de 1807, tendo Junot quase obstado a sua retirada. Transferia-se para o Brasil toda a família real para uma estada mais duradoura do que poderia supor. A dinastia brasileira ficaria alicerces no Brasil.

Na Espanha, depois do apoio do ministro Godói ao plano de Napoleão, Carlos IV abdicou em favor de seu filho Fernando VII. Porém na degradante entrevista de Bayonne entre Carlos IV, Fernando VII e Napoleão concluiu-se pela permanência do primeiro no trono e logo depois Carlos IV novamente abdicou, desta feita em favor de José Bonaparte, irmão do Imperador francês.

(5) Jorge Borges de Macedo — *O Bloqueio Continental, Economia e guerra peninsular*, Lisboa, Delfos, 1962.

(6) Pinto de Aguiar — *Abertura dos portos do Brasil (Cairu e os ingleses)*. Salvador, Progresso, 1960.

(7) Cf. Nelson Werneck Sodré — *As Razões da Independência*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

Em Portugal os exércitos dos comandantes ingleses e soldados portugueses repeliram a invasão de Junot e depois as de Soult e Massena. Mesmo depois da expulsão dos franceses do território português as forças militares ficaram sob o comando de Beresford cujo procedimento foi uma das fortes motivações da Revolução do Porto de 1820.

Na Espanha os espanhóis não aceitaram o governo de José I. Manifestaram solidariedade a Fernando VII e instalaram uma junta governativa central de caráter revolucionário. A restauração do monarca deu-se em 1814. Houve depois uma revolução liberal em 1820 anterior à de Portugal. Veio posteriormente a reação absolutista em 1823. Com a morte de Fernando VII em 1833, cessou a ameaça de reconquista das antigas colônias.

No mesmo momento como as metrópoles estavam sob o domínio napoleônico iniciou-se, efetivamente, nas colônias ibéricas, o processo da sua emancipação.

Cada província hispano-americana devia escolher entre José I ou sublevar-se em nome de Fernando VII, legítimo ocupante do trono espanhol.

Instalaram-se na América espanhola, a exemplo da Espanha, juntas governativas. Estas repeliram emissários do rei usurpador e manifestaram seu apoio a Fernando VII. Os secessionistas, maçons das grandes cidades da América espanhola, advogados, padres etc., começaram a se manifestar. O movimento de separação adquire expressão e alastra-se. Em Buenos Aires em 25 de maio de 1810, uma junta insurrecional depôs o vice-rei Cisneros. O Chile seguiu, logo após, o exemplo. No México, Iturrigaray presidia uma junta central eleita pelos cabildos. Hidalgo e Morelos iniciaram movimentos anticonservadores. Mais tarde, Itúrbide proclamou-se rei de uma monarquia efêmera. Caracas proclamou sua independência em 5 de julho de 1811. A América espanhola, enfim, ficou toda envolvida na luta pela emancipação, fruto do isolamento causado pela situação na Metrópole. A Independência da América hispânica só veio depois de muita luta e muito sangue derramado. O Peru, última província a proclamar sua independência, o fez em 1824 depois da batalha de Ayacucho.

A Independência do Brasil: conservação da monarquia e da unidade territorial

No Brasil, a transmissão da Família Real diferenciou completamente o processo da Independência do resto da América. Com a vinda da Corte, pode-se afirmar, terminou o período colonial brasileiro e inaugurou-se a fase independente. De fato, o Brasil transformou-se em centro do Império português. A consciência separatista foi sufocada pela presença do monarca e confiança em dias melhores. A abertura dos portos brasileiros ao comércio livre, o transplante do organismo administrativo para a colônia, a elevação do Brasil a Reino Unido em 1815 transformavam o *status* político e econômico do país.

Depois da Revolução liberal do Porto em 1820 as Cortes Gerais exigiram a volta de D. João VI. A posterior ação das Cortes, assumindo o poder de fato, foi orientada no sentido de anular as concessões feitas ao Brasil no período joanino. Essas intenções explicam-se pelo exame dos elementos que fizeram a revolução. A maior parte era da burguesia que vivia em função do monopólio comercial e que tinha no Brasil a sua maior fonte de renda. Mas, já era tarde, o processo era irreversível. A chamada burguesia portuguesa, paradoxalmente reacionária, encontrava um Brasil consciente dos seus direitos e nesse momento todas as classes sociais coesas em torno de D. Pedro.

Proclamada a Independência em 1822, de forma pacífica em relação à América Latina, D. Pedro foi proclamado Imperador do Brasil. *Proclamou-se a Independência mas o regime monárquico transplantado da Europa continuou no Brasil.* No momento da Independência não se pôs o problema da forma política. Com a ideologia monárquica enraizada, a maioria do povo brasileiro e os políticos apoiaram o líder da emancipação política do Brasil que era um príncipe. Mesmo os elementos mais radicais concentravam-se mais na idéia do federalismo do que propriamente na República com todas as suas implicações democráticas. Foi dado um crédito ao liberalismo de D. Pedro I e esperava-se muito da prometida Constituição. Por outro lado, a estrutura latifundiária e escravista apoiava a forma monárquica pelo sentido conservador e pela aparência legal de que era revestida a pessoa do príncipe. Ademais o Brasil recém-independente tinha duas tarefas a cumprir: consolidar a Independência internamente e através do reconhecimento do poder central, pelas províncias recalcitrantes, Bahia, Pará, Maranhão, Piauí e Cisplatina, e fazer-se reconhecer no plano externo. A

preservação da unidade e o reconhecimento internacional, sabiam os brasileiros, seria muito mais difícil sem o concurso de D. Pedro. Esta primeira fase da independência do Brasil teve como objetivo principal afastar as tentativas de recolonização. Vemos, portanto, que a instalação da monarquia no Brasil recém-emancipado não se deve só ao respeito pela pessoa de D. Pedro. Há uma série de fatores atuantes.

As províncias do Norte e Nordeste foram dominadas graças às tropas mercenárias contratadas por D. Pedro, assegurando para a monarquia do Brasil independente a região que era responsável por mais de 60% das rendas nacionais na época, de onde se compreende porque a unidade brasileira era importante. Em 1823 todas as províncias se mantêm sob a tutela de D. Pedro I. O Brasil superou nessa época uma das maiores ameaças de desintegração política de sua História.

No plano externo o governo de D. Pedro conseguiu em 1825, o reconhecimento de Portugal e dos outros países. Não sem prejuízo de monta para a nação. O acordo firmado com a Inglaterra de abolir o tráfico de escravos indisps os donos de terras e de escravos contra D. Pedro, uma das causas importantes de sua abdicação.

Passados os primeiros momentos do seu governo liberal, D. Pedro mostrou-se absolutista. A dissolução da Assembléia Constituinte em novembro de 1823 foi o primeiro sinal patente das intenções de D. Pedro. Foram suprimidas algumas conquistas liberais.

A Confederação do Equador em 1824 foi reprimida violentamente, instalando-se um verdadeiro regime de terror. Mais uma vez, de forma violenta foi conservada a unidade territorial do Brasil. E nesta oportunidade, porém, muitos dos que trabalhavam pela emancipação política de sua pátria foram cruelmente executados.

Tudo isso e mais a intervenção de D. Pedro no Prata, a proteção que ele dispensava aos portugueses e sua preocupação com os problemas do trono português de sua filha D. Maria da Glória, fizeram desencadear sobre o Imperador uma série de insubordinações regionais e principalmente uma violenta oposição dos grupos políticos no Rio de Janeiro. D. Pedro, tendo contra si um ambiente totalmente adverso, foi levado a abdicar em 7 de abril de 1831. Com a abdicação e o período regencial consolidou-se a Independência do Brasil.

Os brasileiros no período regencial de 1831 a 1840 tiveram oportunidades de transformar o Brasil em República. No entanto a Coroa foi conservada para o sucessor legal, D. Pedro de Alcântara. Como se explica isso? Existem várias razões. Primeiramente porque os elementos que assumiram o governo, os chamados liberais moderados, temiam a desordem estabelecida nas repúblicas americanas. As experiências latino-americanas atemorizavam as elites brasileiras. Diz Pereira da Silva que "... o sistema republicano tanto mais repugna à índole, aos costumes, aos interesses e às aspirações do povo brasileiro, quanto o espetáculo das nações vizinhas, constantemente revoltadas e ensanguentadas pelas guerras civis e ambições de caudilhos, concorriam poderosamente para radicar o princípio monárquico" (8). Por outro lado o senado, vitalício e conservador, fazia tudo para interromper qualquer tentativa de avanço democrático (9).

Os movimentos de caráter republicano como a Cabanagem, a Sabinada, a Balaiada, são sufocados da mesma forma que os movimentos radicais do Rio de Janeiro. Estes foram feitos pelas classes média e inferior. Observa-se em toda ação repressiva do governo regencial o apoio da classe latifundiária alicerçando dessa forma o governo monárquico (10). Os tumultos republicanos ou federalistas criam o temor da desagregação nacional. O Marquês de Caravelas afirmava que só no poder moderador do rei residia a necessária eficácia, independente das paixões políticas dos partidos, para serenar as discórdias. Pregava o respeito à Constituição de 1824. Era seguido pela maioria da Assembléia (11).

Os senadores tinham que defender a Constituição para segurança de seu cargo vitalício. A defesa de certos interesses e privilégios levou os homens da Regência, invocando o perigo de anarquia e esfacelamento do Brasil, a conservarem a monarquia prolongando-a por mais algumas décadas.

(8) Pereira da Silva — *História do Brasil: durante a menoridade de D. Pedro II (1831-1840)*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, Garnier, 1878, pág. 323.

(9) *Idem, ibidem. Passim.*

(10) Cf. Sodré, *op. cit.* Só um movimento insurrecional, o Farroupilha, contou com o apoio dos estancieiros e por isso resistiu por mais tempo.

(11) P. da Silva, *op. cit. Passim.*

Assim, a coroação do Imperador de 15 anos de idade, em 1840, foi feita com o objetivo de realizar uma ação centralizadora e consumir a frágil unidade mantida no Período Regencial. Vemos dessa forma que, no Brasil, graças à sua instituição legada por Portugal a partir da transmigração bragançina, a Monarquia é implantada no Brasil. Fatores de ordem externa e interna, portanto, conjugavam-se na elevação ao trono de um monarca brasileiro.

A Independência da América espanhola: a República e o retalhamento territorial

Na América espanhola houve luta pela autonomia antes de se pensar na forma de governo a ser adotada. O grande objetivo não era a República, mas uma equiparação à Metrópole. Todavia, as juntas e governos regionais proclamavam a Independência e a República.

Como no Brasil existisse uma estrutura política, econômica e social interna afim com a Monarquia, havia uma forte opinião monárquica. San Martín, por exemplo, argentino educado na Europa, era partidário de que príncipes europeus bourbônicos ocupassem os tronos das novas nações americanas para evitar a anarquia.

Bolívar, o libertador, também estudou na Europa: presenciou e impressionou-se fortemente com a coroação de Napoleão. Era republicano, mas seu republicanismo era um misto de cesarismo e democracia. No Congresso de Angostura em 1819, Bolívar expôs suas idéias constitucionais. Propunha a República, duas Câmaras, *senado hereditário e presidente vitalício com amplos poderes* (12). Locke e Montesquieu acham-se presentes em Bolívar (13) mas a impressão causada pelo regime napoleônico e a idéia de Hamilton (14) influenciaram também as suas concepções de República fortemente centralizada. Era republicano na forma, mas com tendência monárquica e auto-

(12) Cf. *Diccionario de História de España* — Revista de Occidente S.A., Madri, 1952, págs. 434-442.

(13) O. Carlos Stotzer — *El pensamiento político en la América española durante el período de la emancipación — (1789-1825)* — *Las bases hispánicas y las corrientes europeas*. 2 v. Madri, 1966 — Instituto de Est. Políticos — *Passim*.

(14) Hamilton defendia a idéia da presidência vitalícia nos E.U.A.

ritária pelo temor à desordem, à desunião e a caudilhagem que vê ao fim da vida instalar-se nas repúblicas fragmentadas.

Francisco de Miranda revelou suas idéias através de seus projetos constitucionais que possuíam sempre um fundo aristocrático e autoritário. Bernardo O'Higgins compartilhava das idéias de Miranda e não era sequer liberal. A Constituição do Chile, após a proclamação da República em 1818, foi feita por apenas 7 membros ligados diretamente a O'Higgins.

Rivadavia, presidente da Argentina em 1826, era monarquista. E assim outros.

Vemos, portanto, que a concepção republicana dos líderes libertadores da América era um tanto confusa. Todos viam a necessidade de um governo fortemente centralizado. As primeiras constituições eram um misto de Monarquia e República. Na prática, os caudilhos substituíam os monarcas. A guerra e sua excessiva duração fizeram passar à direção das novas nações os chefes militares e surge o caudilhismo como constituição.

Os governos centrais, que se impuseram pela força e não tinham o prestígio de um rei, causavam em grande parte as insurreições desse período, agravando os interesses regionais, resultando no retalhamento do mundo colonial espanhol. A tentativa de Bolívar de conservar a unidade colonial formando a Gran Colombia fracassou como fracassariam também as aspirações da Argentina de conservar o antigo vice-reinado; prevaleceram os particularismos e governos fortes teoricamente republicanos.

No Brasil o regionalismo foi sufocado pelo poder central. Primeiro porque havia uma autoridade moral com forte aparato militar. Segundo, e este é um fator muito importante, a relativa unidade geográfica facilitou a tarefa unificando-a. No resto da América Latina a diversidade geográfica é muito maior, dificultando o acesso e isolando naturalmente certos territórios.

Quando no Brasil foi proclamada a Independência, havia quem ocupasse o trono. Quando houve oportunidade de proclamar a República em 1889 já havia a experiência da América espanhola ensangüentada e subdividida. Então o sentido unitário e a preocupação de evitar convulsões políticas prevaleceram na mente dos homens da Regência.

A influência inglesa na Independência da América Latina

Um outro problema que não pode deixar de ser tratado destacadamente quando se analisa o processo de independência na América Latina é a influência inglesa cujos aspectos já se esboçaram ao início desta análise.

Depois da queda de Napoleão, a América Ibérica transformou-se num dos setores mais importantes do comércio britânico; por isso a Inglaterra via com bons olhos os movimentos que tendiam a cortar os laços entre a América e as metrópoles. Apoiava a desintegração de um império para formar o seu próprio. As relações diretas e não através das metrópoles eram muito mais vantajosas para a ação econômica inglesa.

A partir de 1817 o governo inglês passa a incentivar os insurretos da América com armas, munições e técnicos. No aspecto internacional, depois de Canning substituir Castlereagh em agosto de 1822, o governo inglês abandonou a ação subreptícia para agir abertamente, tomando posição contra a política intervencionista da Santa Aliança. O'Higgins e San Martín receberam auxílio inglês. O domínio do Peru cristalizou-se com a cobertura naval do oficial britânico Cochrane, o mesmo que ajudou D. Pedro na consolidação do seu governo. Logo após a dissolução da Assembléia em 1823, D. Pedro conseguiu auxílio financeiro da Inglaterra com o qual armou a repressão aos movimentos revolucionários. A mediação inglesa no reconhecimento da Independência por Portugal foi importante. Os ingleses defendiam os seus privilégios patenteados no tratado de 1810. Não queriam perder um vantajoso mercado para os seus produtos. Entre os fins do século XVIII até a primeira década do século XIX a Inglaterra conquistou e consolidou seu domínio econômico na América Latina, o que leva Pierre Chaunu a dizer que "de 1797 a 1810 a América Ibérica tornou-se, e foi até 1914 a mais bela das colônias britânicas" (15).

Relações entre a Monarquia e as Repúblicas após a Independência

O Brasil imperial permaneceu isolado do resto da América, não só na forma de governo, mas economicamente também, dando as costas para os países latino-americanos e voltado

(15) *Op. cit.*, pág. 210.

para o Oceano Atlântico. Podemos no entanto examinar as relações políticas do Brasil com os países do Prata. Faltam pesquisas para um relacionamento em termos globais da América Latina.

A tentativa consciente de imperialismo de D. João na América do Sul reconhecida até por Oliveira Lima (16) tem como resultado a ocupação da Banda Oriental, que se completou em 1820 depois da derrota de Artigas, tornando-se província do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve. A Cisplatina foi uma das províncias que só reconheceram a autoridade de D. Pedro pelas armas, logo após 1822.

Em 1825 os cisplatinos buscam o apoio das Províncias Unidas do Rio da Prata (futura Argentina) declarando-se república separada do Brasil e incorporada às províncias unidas com as quais tinha muito mais em comum. A política de D. Pedro foi então, orientada no sentido de conservar o que fora conquista de seu pai. A luta de D. Pedro foi infrutífera, uma vez que as províncias do Rio da Prata e o Brasil concordavam em dar a independência ao Uruguai em 1828, aprovando a sua primeira Constituição em 1830. Esse foi o primeiro choque entre a Monarquia brasileira e as repúblicas do Sul.

Durante o período regencial só houve um incidente, com o Presidente Manuel Oribe, em 1837, provocado pelo uruguaio que, invocando as divisas do tratado de Santo Ildefonso, queria aumentar seu território. A questão ficou no terreno da diplomacia e em nada resultou nesse período.

A intervenção seguinte do Brasil no Prata foi para evitar a anexação do Uruguai pelo ditador argentino Juan Manuel Rosas e com o objetivo também de defender a liberdade de navegação dos rios platinos necessários ao Brasil para o acesso a Mato Grosso. Em maio de 1851 realizou-se uma convenção entre duas cidades rebeladas contra a tirania de Rosas (Corrientes e Entre Rios), o governo do Uruguai e o Brasil. A intervenção da Monarquia foi fator decisivo para a derrubada do governo ditatorial de Rosas depois da Batalha de Caseros em 3 de fevereiro de 1852. Depois disso o Brasil não teve problemas com a Argentina, mantendo sempre ligações pacíficas.

Outro problema havido na região do Prata foi ainda no Uruguai devido às incursões de uruguaio em território brasi-

(16) *Op. cit.*, 1.º volume.

leiro do Sul. O Brasil invadiu o território uruguaio e colocou no governo um elemento do partido *colorado* que se opunha ao partido *blanco* de Aguirre, causador do incidente. Tomando o poder, Venâncio Flores reatou relações amistosas com o Brasil.

O acontecimento mais sério de que o Brasil participou na América Latina foi também na América Meridional envolvendo o Paraguai fortemente militarizado de Solano Lopes contra a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai). Conflito sangrento iniciado em 1865, só terminou cinco anos depois com a derrota do Paraguai.

Em todas as questões internacionais entre o Brasil e as repúblicas não se observa uma ação imperialista brasileira. O Brasil saiu vitorioso de todas as relações bélicas no Prata mas não extraiu nenhum proveito. Ao contrário teve muitos prejuízos em materiais e homens.

Devido à sua grande extensão, suas relações estreitas com a Inglaterra e principalmente pelo seu regime, o Brasil era visto por alguns estadistas americanos como perigoso aos interesses republicanos. Rosas exagerava; por questões óbvias, classificava o Brasil de representante da Santa Aliança na América. Esse não era exatamente o pensamento das repúblicas que, não obstante, mantinham cautela. *A política externa brasileira do Segundo Reinado caracterizava-se por pronunciamentos solidários às repúblicas e pela sua autodeterminação.*

Não obstante sua situação de país mais poderoso da América do Sul, nunca conseguiu liderança por ser o único país monarquista. Por outro lado não era uma nação que inspirasse confiança total a muitas monarquias da Europa. A forma constitucional da monarquia brasileira estava dentro do sistema americano e não tinha, *teoricamente*, o caráter reacionário das monarquias européias.

A volta do ideal republicano no Brasil

A ascensão de D. Pedro II ao trono, marcou, passada a Revolução Praieira de 1848 em Pernambuco, o início de uma paz que se prolongaria por algumas décadas. A chama republicana da esquerda liberal da Regência é completamente reprimida pela força que a Monarquia dá ao governo central. A "Conciliação" liderada pelo Marquês de Paraná ocupa, também, lugar importante na contenção da idéia republicana na medida em que, amenizando-se as lutas partidárias, qualquer movimento

de caráter republicano não encontraria ressonância nas lides políticas. D. Pedro II impõe-se como rei não tanto pela sua seriedade e moral impecável, seus atributos, mas pela estrutura latifundiária e escravista que via na Monarquia sua estabilidade.

A cristalização da Monarquia Constitucional teve influências européias. O impacto republicano advindo da Revolução Francesa atenuara-se na própria Europa. A época vitoriana iniciada em 1837 e o grande surto industrial operado na Inglaterra sob a égide monárquica foi fator de prestígio do regime e a nação britânica foi modelo para o Brasil. O constitucionalismo português, como o inglês, teve parcela de influência na consolidação da Monarquia e erradicação da solução republicana no Brasil. O único país republicano na América com sólidas bases políticas e econômicas eram os Estados Unidos, mas qualquer tentativa de aproximação do país norte-americano foi, por muito tempo, anulada pela habilidade inglesa. Esse rechaço implicou em afastamento da idéia de República.

A Guerra da Tríplice Aliança e o republicanismo no Brasil

O ressurgimento da idéia republicana no Brasil coincide com o fim da Guerra da Tríplice Aliança em 1870. O contato com o Uruguai e principalmente com a Argentina, que superara a fase do caudilhismo, pesou, com certeza, no reavivamento do ideal republicano em hibernação desde o período regencial. Aparece no cenário político brasileiro o elemento militar até então submisso a D. Pedro e ao seu estado-maior de políticos no sentido de não terem acesso aos quadros político-administrativos. Ao contrário, nas repúblicas sul-americanas o militar ocupava posição de destaque.

O contato mais estreito com países da América Meridional e o estado de guerra pelo qual passaram os militares despertaram as suas gerações mais novas. A filosofia positivista, por outro lado, deu uma concepção mais atuante ao papel histórico da classe militar. Aos poucos elevou-se o exército na hierarquia da sociedade brasileira do século XIX e deu ambiente para a chamada questão militar, fator importante na proclamação da República.

Os primeiros estremecimentos entre o exército e o governo monárquico iniciaram-se durante a Guerra da Tríplice Aliança.

Tendo a questão militar papel de destaque na Proclamação da República e fruto em grande parte da citada guerra, lícito é

concluímos haver parcela importante de influência das repúblicas platinas na proclamação da República do Brasil.

O Manifesto Republicano

Publicado pelo jornal *A República* em 1870, o manifesto republicano patenteava o desejo de alguns brasileiros de igualar o Brasil aos países da América (17). É trecho do manifesto: "Somos da América e queremos ser americanos. A forma de governo (a monarquia) é, na sua essência e na sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos. A permanência desta forma tem de ser forçosamente, além de origem de opressão no interior, a fonte perpétua de hostilidade e de guerras com os povos que nos rodeiam" (18).

O restante desse manifesto é tímido e moderado — muito dentro do espírito de precaução da época; revela, não obstante, a preocupação de brasileiros empolgados com o regime republicano de colocar o Brasil em planos de igualdade com as nações americanas. É o despertar de uma consciência americana.

O modelo republicano influenciou também os espíritos românticos do Abolicionismo, na medida em que ligam a liberdade à República, desprestigiando, assim, a Monarquia.

Quando o interesse regional e a ordem econômica e social interna do Brasil se aliaram aos fatores ideológicos de ordem externa houve a proclamação da República.

Embora muitos vícios da monarquia tenham permanecido na época republicana, a abolição da escravatura e a proclamação da República igualaram o Brasil às demais nações latino-americanas do século XIX.

Como vimos, a América Latina conquistou a sua independência política formal na primeira metade do século XIX. A gênese das repúblicas latino-americanas revelá-nos a identidade existente entre o século passado e o atual. Em poucos setores, após a Independência, houve evolução autônoma satisfatória. Em realidade, o mundo latino-americano passou da vassalagem ibérica para o jugo britânico. O antigo sistema colonial cedeu

(17) Além do contato com os países do Prata, outro fator a prestigiar o ressurgimento do ideal republicano foi o impulso desenvolvimentista dos E.U.A. depois da Guerra de Secessão, o que abriu um crédito de confiança no seu sistema governativo.

(18) José Maria Bello — *História da República (1889-1954)*, 5.ª ed., São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1964, pág. 20.

lugar a uma nova forma de submissão, o imperialismo. A independência da América Latina nada mais é do que um episódio da partilha do mundo contemporâneo e parte, apenas, da verdadeira independência.

Os países da América Latina são ainda jovens e, como repúblicas, estão enfrentando os mesmos problemas de aperfeiçoamento democrático. No que tange à economia, as suas molas fundamentais, como no século XIX, acham-se controladas por grupos econômicos alienígenas com estreitas ligações a grupos "nacionais" desvinculados da realidade social e despidos de espírito patriótico. Ainda é uma economia que depende do mercado externo como em todo o período colonial dependeu. A grave crise de alimentação, habitação e educação, características do subdesenvolvimento, são males necessitando de uma ação conjunta e consciente das nações atingidas. É óbvio que nenhum país beneficiário do *status quo* da América Latina lutará para alterá-lo.